

Relatório da Administração

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcio do mercado e registrou ao fim do 1º semestre, mais de 423 mil participantes ativos, ocupando a 3ª posição no ranking geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras relacionadas a instituições financeiras.

A carteira apresenta 97,8% de sua composição nas modalidades de automóveis (93,1%), imóveis (3,5%) e veículos pesados (1,2%). Resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados aderente a atuação dos demais bancos. Destaque para o segmento de automóveis, representado por 394 mil participantes ativos, posicionando-se como a 2ª maior administradora do mercado neste segmento.

Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora de consórcio, ligada à instituição financeira, que oferta todos os segmentos, abrangendo as modalidades de motocicletas, eletroeletrônicos e serviços, além das destacadas acima.

De janeiro a junho foram comercializadas 32 mil novas cotas de consórcio, que representam R\$ 1,1 bilhão em volume de negócios.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Em 2014, a BB Consórcios lançou, para o segmento de automóveis, novos planos com ampliação do prazo para 84 meses, destacando o BB como o primeiro, entre os principais bancos do País, a oferecer o maior prazo de vigência do segmento.

Além disso, iniciou-se a comercialização da modalidade Imóvel para cliente pessoa jurídica, inclusive para uso em reforma/construção ou aquisição de imóveis comerciais, prédios, galpões, terrenos e imóveis rurais.

No primeiro semestre, a atuação por meio dos Correspondentes Mais BB tem reforçado a distribuição e vendas dos produtos de consórcios, de forma complementar à rede de agências, somando R\$ 82,3 milhões em volume comercializado em aproximadamente 3 mil operações originadas no canal.

INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS

A BB Consórcios permanece administrando planos voltados à preservação do meio ambiente por meio de planos para aquisição de bens não poluentes, a partir de cartas de crédito de bicicleta elétrica, em incentivo à comercialização de produtos voltados à sustentabilidade. Iniciativa inédita no portfólio de produtos da Administradora.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

Em junho de 2014, a BB Consórcios manteve-se pelo 11º mês consecutivo fora do ranking de reclamações do Bacen, considerando as administradoras de consórcios. O prazo de ocorrências solucionadas via BB Atende tem sido em torno de 24h.

A BB Consórcios aderiu, também no primeiro semestre, ao portal Consumidor.gov.br, serviço público lançado pelo Governo Federal para solução alternativa de conflitos entre consumidores e empresas. Iniciativa alinhada ao conglomerado BB para melhoria da qualidade do atendimento ao consumidor.

No âmbito interno do Banco, o Consórcio está elencado nas ações SIM (Solução Imediata) e SAF (Serviço Apoio ao Funcionário) que visam melhorar o atendimento, aumentando a resolução de demandas no primeiro contato com o cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No 1º semestre de 2014, as receitas com prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 145,2 milhões, incremento de 12,4%, e o lucro líquido chegou a R\$ 81,4 milhões, o que representa crescimento de 17,7% em relação ao 1º semestre de 2013.

No encerramento do semestre, o Patrimônio Líquido foi elevado para R\$ 159,2 milhões.

CENÁRIO ECONÔMICO – MERCADO CONSÓRCIOS

De janeiro a junho de 2014, conforme dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios – ABAC, o mercado de consórcios movimentou R\$ 36,8 bilhões em volume de negócios.

Ainda segundo a ABAC, o número de vendas de novas cotas registrou 1,14 milhão, contribuindo para o aumento na quantidade de participantes ativos, que somou 5,94 milhões. Crescimento de 8,6% comparado aos 5,47 milhões de participantes verificados em junho do ano passado. O número de contemplados elevou-se em 10% no 1º semestre de 2014, atingindo no período 667,6 mil e o total em crédito disponibilizado somou R\$ 18,4 bilhões.

Os números levantados pela ABAC apontam que, cada vez mais, os consumidores estão planejando a compra de bens ou serviços por meio do consórcio. Atitude que reforça a percepção de novos crescimentos do setor baseados na demanda de clientes por custo menor, disciplina financeira adequada ao orçamento pessoal ou familiar e ampliação patrimonial e de consumo.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No período, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Consórcios, a não ser os relacionados à auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	30.06.2014	31.12.2013
ATIVO CIRCULANTE	298.445	254.347
Disponibilidades	(Nota 4) 107	148
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	236.363	220.099
Aplicações em operações compromissadas	(Nota 5.a) 236.363	220.099
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	27.610	28.520
Carteira própria	(Nota 6.a) 27.610	28.520
Outros Créditos	34.365	5.580
Créditos específicos	(Nota 7.a) 631	--
Diversos	(Nota 7.b) 33.734	5.580
PERMANENTE	38	13
Imobilizado	38	13
Móveis e equipamentos de uso	40	14
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso	(2)	(1)
TOTAL DO ATIVO	298.483	254.360

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.06.2014	31.12.2013
PASSIVO CIRCULANTE	139.318	99.266
Outras Obrigações	139.318	99.266
Sociais e estatutárias	(Nota 8.a) 77.359	72.615
Fiscais e previdenciárias	(Nota 8.b) 45.650	9.650
Diversas	(Nota 8.c) 16.309	17.001
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	159.165	155.094
Capital	98.539	98.539
De domiciliados no país	(Nota 10.a) 98.539	98.539
Reserva de Lucros	(Nota 10.b) 60.626	56.555
TOTAL DO PASSIVO	298.483	254.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.152	10.310
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6.b) 12.152	10.310
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	--	786
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	--	786
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.152	11.096
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	111.313	104.554
Receitas de prestação de serviços	(Nota 9.a) 145.213	140.330
Despesas de pessoal	(Nota 9.b) (4.706)	(4.588)
Outras despesas administrativas	(Nota 9.c) (3.406)	(3.154)
Despesas tributárias	(Nota 11.c) (20.368)	(19.542)
Outras receitas operacionais	(Nota 9.d) 3.158	1.681
Outras despesas operacionais	(Nota 9.e) (8.578)	(10.173)
RESULTADO OPERACIONAL	123.465	115.650
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	123.465	115.650
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(42.035)	(39.213)
(Nota 11.a)		
LUCRO LÍQUIDO	81.430	76.437
LUCRO POR AÇÃO		
Número de ações	14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)	5,775	5,421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro antes do imposto de Renda e Contribuição Social	123.465	115.650
Ajustes ao Lucro antes dos impostos	381	556
Despesas com provisão/depreciação	381	556
Lucro ajustado antes do imposto de Renda e Contribuição Social	123.846	116.206
Variáveis Patrimoniais	(49.816)	(99.481)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(16.264)	(37.683)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	910	(14.222)
(Aumento) Redução em outros créditos	(28.656)	21.890
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.334)	(46.643)
(Redução) Aumento em outras obrigações	25.528	(22.823)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	74.030	16.725
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aquisição) de imobilizado	(25)	(13)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(25)	(13)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(74.046)	(16.655)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(74.046)	(16.655)
Variável Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(41)	57
Início do período	148	91
Fim do período	107	148
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(41)	57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital Realizado	Reservas de Lucros			Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 30.06.2013	49.960	48.579	3.458	49.275	--	151.272
Aumento de Capital - AGE de 25.06.2013	48.579	(48.579)	--	--	--	--
Lucro líquido do período	--	--	--	--	76.437	76.437
Destinações:						
Reservas	--	--	3.822	--	(3.822)	--
Dividendos (R\$ 5.150,00 por ação)	(Nota 10.c)	--	--	--	(72.615)	(72.615)
Saldos em 31.12.2013	98.539	--	7.280	49.275	--	155.094
Mutações do Período	48.579	(48.579)	3.822	--	--	3.822
Saldos em 31.12.2013	98.539	--	7.280	49.275	--	155.094
Lucro líquido do período	--	--	--	--	81.430	81.430
Destinações:						
Reservas	--	--	4.071	--	(4.071)	--
Dividendos (R\$ 5.486,45 por ação)	(Nota 10.c)	--	--	--	(77.359)	(77.359)
Saldos em 30.06.2014	98.539	--	11.351	49.275	--	159.165
Mutações do Período	--	--	4.071	--	--	4.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

ATIVO	30.06.2014	31.12.2013
ATIVO CIRCULANTE	4.031.112	3.632.451
Disponibilidades	1.077	1.440
Aplicações Financeiras	1.538.087	1.285.779
Outros Créditos	2.491.948	2.345.232
Direitos junto a consorciados contemplados	2.491.948	2.345.232
Normais	2.471.447	2.330.242
Em atraso	20.313	14.792
Em cobrança judicial	188	198
COMPENSAÇÃO	13.552.025	14.236.349
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	165.335	160.351
Contribuições devidas ao grupo	7.062.292	7.357.910
Consortiados - bens a contemplar	6.324.398	6.718.088
TOTAL DO ATIVO	17.583.137	17.868.800

PASSIVO	30.06.2014	31.12.2013
PASSIVO CIRCULANTE	4.031.112	3.632.451
Outras Obrigações	4.031.112	3.632.451
Obrigações com consorciados	1.915.118	1.883.899
Valores a repassar	19.115	24.186
Obrigações por contemplações a entregar	1.306.548	1.077.212
Recursos a devolver a consorciados	483.719	365.490
Recursos do grupo	306.612	281.664
COMPENSAÇÃO	13.552.025	14.236.349
Recursos mensais a receber de consorciados	165.335	160.351
Obrigações do grupo por contribuições	7.062.292	7.357.910
Bens ou serviços a contemplar	6.324.398	6.718.088
TOTAL DO PASSIVO	17.583.137	17.868.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
DISPONIBILIDADES (início do período)	1.287.219	1.058.226
Depósitos bancários	1.440	1.509
Aplicações financeiras do grupo	208.567	172.743
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.077.212	883.874
(+) RECURSOS COLETADOS	1.639.233	1.563.471
Contribuições para aquisição de bens	1.288.432	1.264.674
Taxa de administração	144.519	140.380
Contribuições ao fundo de reserva	46.601	46.062
Rendimentos de aplicações financeiras	54.958	40.419
Multas e juros moratórios	3.894	3.344
Prêmios de seguro	21.980	24.015
Custas judiciais	60	53
Reembolso de despesas de registro	4.831	5.008
Outros	73.958	39.516
(-) RECURSOS UTILIZADOS	1.387.288	1.334.478
Aquisição de bens	1.097.583	1.089.155
Taxa de administração	143.211	138.855
Multas e juros moratórios	1.943	1.875
Prêmios de seguro	28.356	20.031
Custas judiciais	208	239
Devolução a consorciados desligados	12.969	10.961
Despesas de registro de contrato	5.149	4.935
Outros	97.869	68.827
DISPONIBILIDADES (final do período)	1.539.164	1.287.219
Depósitos bancários	1.077	1.440
Aplicações financeiras do grupo	231.539	208.567
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.306.548	1.077.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

1 – ADMINISTRADORA

1 – A BB CONSÓRCIOS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Administradora de Consórcios S.A., BB Consórcios, é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 2, bloco E, 5º andar, Edifício Prime Business, Asa Sul, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes – incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários – e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios. O primeiro grupo de consórcio foi formado em abril de 2004.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O Bacen reconheceu ou se seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Consórcios, quando aplicáveis: CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08.08.2014.

Informações para efeito de comparabilidade

Foi realizada, para fins de comparabilidade e de forma a evidenciar melhor a essência das operações, a reclassificação da rubrica "Outras despesas operacionais", relativa à reversão/baixa de provisão para passivos contingentes, para a rubrica "Outras receitas operacionais".

Demonstração do Resultado

	2º sem/2013		R\$ mil
	Divulgação Anterior	Ajustes	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Outras receitas operacionais	1.447	234</	

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizados pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As taxas de administração dos grupos de consórcios são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em mercado aberto, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001 (Nota 6):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos são constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado. A BB Consórcios não possui saldo de provisão para outros créditos em 30.06.2014.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Consórcios elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 14.a) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 14.b), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Consórcios adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2014	31.12.2013
Disponibilidades	107	148
Total	107	148

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado.

a) Aplicações em Operações Compromissadas

	30.06.2014	31.12.2013
Letras Financeiras do Tesouro	236.363	220.099
Total	236.363	220.099

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas - posição bancada	10.808	9.517
Total	10.808	9.517

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Carteira Própria

	30.06.2014	31.12.2013
Renda fixa - CDB - instituição financeira ligada	15.997	15.247
Cotas de fundo de investimento - BB CP Corp 10 milhões	11.613	13.273
Total	27.610	28.520

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	10.808	9.517
Rendas de títulos de renda fixa	750	175
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	594	618
Total	12.152	10.310

c) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Em 30.06.2014 e 31.12.2013 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 – OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	30.06.2014	31.12.2013
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial	576	--
Outros	55	--
Total	631	--

b) Diversos

	30.06.2014	31.12.2013
Impostos e contribuições a compensar	27.964	1.341
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14.c)	2.190	1.327
Títulos e créditos a receber	1.425	1.425
Devedores diversos – País ⁽¹⁾	1.405	866
Ativo fiscal diferido - créditos tributários (Nota 11.d)	750	621
Total	33.734	5.580

(1) Inclui o montante de R\$ 1.331 mil (R\$ 823 mil em 2013) referente a adiantamentos para encerramento de grupos de consórcios.

8 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	30.06.2014	31.12.2013
Dividendos e bonificações a pagar	77.359	72.615
Total	77.359	72.615

b) Fiscais e Previdenciárias

	30.06.2014	31.12.2013
Impostos e contribuições sobre lucros	42.164	6.329
Impostos e contribuições a recolher	3.481	3.317
Provisão para riscos fiscais (Nota 14.a)	5	4
Total	45.650	9.650

c) Diversas

	30.06.2014	31.12.2013
Obrigações por recursos de consórcios – grupos encerrados ⁽¹⁾	9.144	10.189
Cretores diversos – grupos encerrados ⁽²⁾	3.089	3.070
Provisão para passivos contingentes (Nota 14.a)	2.202	1.824
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.869	1.918
Provisão para pagamentos a efetuar	5	--
Total	16.309	17.001

(1) Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

(2) Valores relativos a grupos encerrados – recursos não distribuídos.

09 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Taxas de administração de consórcios	141.295	136.739
Multas e juros recebidos	1.997	1.675
Taxa de cessão	1.921	1.916
Total	145.213	140.330

b) Despesas de Pessoal

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Proventos	(2.861)	(2.879)
Encargos sociais	(1.353)	(1.272)
Benefícios	(363)	(325)
Honorários de conselheiros	(87)	(91)
Treinamento	(42)	(21)
Total	(4.706)	(4.588)

c) Outras Despesas Administrativas

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Processamento de dados	(2.041)	(1.429)
Aluguéis	(398)	(410)
Comunicações	(320)	(278)
Promoções e relações públicas	(185)	(334)
Serviços de terceiros	(64)	(10)
Viagem	(52)	(58)
Publicações	(36)	(31)
Água, energia e gás	(19)	(18)
Material de expediente	(11)	(17)
Contribuições filantrópicas	--	(300)
Outras	(280)	(269)
Total	(3.406)	(3.154)

d) Outras Receitas Operacionais

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Taxa de permanência	2.563	1.359
Reversão/Baixa de passivos contingentes	563	300
Variação monetária ativa	32	19
Recuperação de encargos e despesas	--	3
Total	3.158	1.681

e) Outras Despesas Operacionais

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Banco do Brasil - suporte operacional	(3.010)	(3.337)
Taxas e tarifas bancárias	(1.542)	(2.244)
Variações monetárias passivas	(1.431)	(230)
Passivos contingentes	(942)	(857)
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil	(849)	(993)
Atualização dos recursos dos consorciados	(470)	(499)
Manutenção e desenvolvimento de sistema	(316)	(387)
Operações sem SQG/sinistros a receber ⁽¹⁾	--	(1.588)
Outras	(18)	(38)
Total	(8.578)	(10.173)

(1) Perdas por imparidade referentes a Operações sem Seguro Quebra de Garantia (SQG) e Sinistros a Receber.

10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 98.539 mil (R\$ 98.539 mil em 31.12.2013), totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 14.100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 159.165 mil (R\$ 155.094 mil em 31.12.2013), corresponde a um valor patrimonial de R\$ 11.288,30 por ação (R\$10.999,57 em 31.12.2013).

b) Reservas de Lucros

	30.06.2014	31.12.2013
Reservas de Lucros		
Reserva legal	11.351	7.280
Reserva estatutária	49.275	49.275
Total	60.626	56.555

A BB Consórcios constituiu Reserva Legal (5% sobre o Lucro Líquido), pelo montante de R\$ 4.071 mil, conforme determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do capital social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Base de Cálculo	77.359	72.615
- Lucro líquido	81.430	76.437
- Reserva legal constituída no período	(4.071)	(3.822)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	19.340	18.154
Dividendo adicional	58.019	54.461
Total destinado ao acionista	77.359	72.615
Saldo do lucro líquido ajustado após as destinações	0	0

Os dividendos serão corrigidos com base na variação da taxa Selic da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

11 – TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Valores Correntes	(42.164)	(39.402)
IR e CSLL no País	(42.164)	(39.402)
Valores Diferidos	129	189
Ativo Fiscal Diferido	129	189
Diferenças intertemporais	129	189
Total das Despesas	(42.035)	(39.213)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Resultado antes dos Tributos e Participações	123.465	115.650
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	(41.978)	(39.321)
Reversão de provisões operacionais	--	267
Despesas administrativas indedutíveis	(69)	(18)
Perdas permanentes – Grupos de consórcios inadimplentes	--	(540)
Incentivos fiscais	--	396
Outros valores	12	3
IR e CSLL do Período	(42.035)	(39.213)

c) Despesas Tributárias

	1º Sem/2014	2º Sem/2013
ISSQN	(7.160)	(6.933)
Cofins	(10.851)	(10.357)
PIS/Pasep	(2.356)	(2.249)
Outras	(1)	(3)
Total	(20.368)	(19.542)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2013	1º Sem/2014	30.06.2014
Ativado	Saldo	Constituição	Baixa
Diferenças Temporárias	621	140	

13 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 25.10.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela subsidiária de todos os custos decorrentes.

	30.06.2014	31.12.2013
Número de Funcionários Cedidos pelo Banco do Brasil	37	37
Maior Salário	R\$ 26.148,17	R\$ 26.148,17
Menor Salário	R\$ 5.983,59	R\$ 5.983,59
Salário Médio	R\$ 8.717,48	R\$ 8.717,48

14 – PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS**a) Passivos Contingentes – Prováveis****Ações Fiscais**

Ações fiscais que tramitam no Tribunal de Justiça de Minas Gerais referente à cobrança de IPVA.

Ações Cíveis

As ações movidas contra a BB Consórcios têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis:

	R\$ mil	
	1º Sem/2014	2º Sem/2013
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	4	3
Constituição	1	1
Reversão da provisão	--	--
Baixa por pagamento	--	--
Saldo Final	5	4
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	1.824	1.268
Constituição	941	856
Reversão da provisão	(160)	(149)
Baixa por pagamento	(403)	(151)
Saldo final	2.202	1.824
Total das Demandas Fiscais e Cíveis	2.207	1.828

b) Passivos Contingentes – Possíveis

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	R\$ mil	
	30.06.2014	31.12.2013
Demandas Cíveis	1.731	1.756
Demandas Fiscais	25	25
Total	1.756	1.781

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	R\$ mil	
	30.06.2014	31.12.2013
Demandas Cíveis	2.190	1.327
Total	2.190	1.327

15 – OUTRAS INFORMAÇÕES**Lei nº 12.973 (Conversão da MP nº 627/2013)**

A Lei nº 12.973, de 13.05.2014 (Lei 12.973/2014), objeto de conversão da Medida Provisória nº 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, as quais trataram do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

Para a realização de uma análise mais conclusiva a BB Consórcios aguardará a regulamentação expressa pela Receita Federal do Brasil, na forma prevista pela Lei 12.973/2014.

Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da mencionada Lei, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis da BB Consórcios.

II – GRUPOS DE CONSÓRCIO**1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A BB Administradora de Consórcios S.A., BB Consórcios, obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Aplicações Financeiras**

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimentos junto ao Banco do Brasil S.A.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	30.06.2014	31.12.2013
Quantidade de consorciados ativos	423.124	437.591
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	183.515	165.421
Quantidade de bens pendentes de entrega	44.757	36.788
Quantidade de bens entregues no período	36.891	71.048
Quantidade de inadimplentes contemplados	14.128	3.983
Quantidade de grupos administrados	516	513
Taxa de administração média ponderada	11,80%	10,84%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	3,34%	2,63%

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

A
Diretoria e ao Acionista da
BB Administradora de Consórcios S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2014 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Consórcios é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Consórcios. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Administradora de Consórcios S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2014 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 08 de agosto de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Banco do Brasil optou, conforme faculta o artigo 11 da Resolução 3198/2004, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, entre elas a BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios).

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno e das auditorias interna e independente. O regimento interno do Comitê está disponível no site www.bb.com.br/ri.

Os administradores da BB Consórcios são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Consórcios está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da BB Consórcios. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com a participação de representantes da administração e também com executivos do Conglomerado das áreas de controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança, jurídica, governança e finanças que prestam serviços à subsidiária.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, governança corporativa, soluções tecnológicas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que apreciou os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou o relatório da administração, as demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seu relatório.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu: o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração; a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade;

a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

as demonstrações contábeis do semestre findo em 30/06/2014 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da BB Consórcios naquela data.

Brasília-DF, 08 de agosto de 2014.

Egídio Otmar Ames (Coordenador)
Antônio Carlos Correia
Elvio Lima Gaspar
Henrique Jäger

Conselho Fiscal

Fábio Franco Barbosa Fernandes (Presidente)
Ives César Fülber
Alex Pereira Benício

Comitê de Auditoria

Egídio Otmar Ames (Coordenador)
Antônio Carlos Correia
Henrique Jäger
Elvio Lima Gaspar

Contadoria

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87

Diretoria**Presidente**

Alexandre Luís dos Santos

Executiva

Paulo Ivan Rabelo
João Marques do Vale

Conselho de Administração

Edmar José Casalatina (Presidente)
Gueitiro Matsuo Genso (Vice-Presidente)
José Carlos Reis da Silva
Cleyton Domingues de Moura